

A permanência na terra como suspeita de atos guerrilheiros em Porto Alegre Do Norte/MT – 1970

Luciene Aparecida Castravechi
Universidade Federal de Mato Grosso

Vitale Joanoni Neto
Universidade Federal de Mato Grosso

Abstract: This article analyses the struggle for land in Porto Alegre do Norte, in the Northeast of the State of Mato Grosso, between 1970 and 1980. The period studied shows that in the Amazon border the public sector was assimilated by the private one, resulting in greater violence against citizens, executed and mutually constituted by both sectors. Our objective is to study the conflicts and violence resulting from the expulsion of squatters by the agricultural enterprise FRENOVA, established in this municipality during the 1970s, with the support of the occupation policies imposed by the dictatorial government for the Amazon. These development projects overlapped with the land of rural workers who had lived in the region since the 1940s and generated disputes over land between squatters and businessmen. In order to prevent the expulsion of squatters, the Prelature of São Félix of Araguaia, under the leadership of Bishop Pedro Casaldáliga, together with the lay and religious pastoral agents, mediated in these conflicts, placing itself between the public authorities (Police, Federal Police and INCRA), rural entrepreneurs and squatters.

Keywords: São Félix do Araguaia Prelature, Porto Alegre do Norte City, rural violence, Brazilian dictatorship, modernization policies in the Amazon, mediation

O presente artigo busca analisar os projetos de colonização e agropecuários na Amazônia instituídos pelo governo ditatorial. Observamos que a instalação das empresas agropecuárias no nordeste de Mato Grosso, especialmente em Porto Alegre do Norte, possibilitou o emprego da violência com um nítido caráter instrumental para a apropriação de terras, bem como para a expulsão de trabalhadores rurais situados na região antes do estabelecimento dos empreendimentos rurais. A justiça passou a ser menos acionada e os empresários passaram a exercer atos de violência através de milícias privadas, jagunços, capangas, 'seguranças', vigilantes e pistoleiros.

Para compreendermos a violência instituída na fronteira e a sua relação intrínseca entre a esfera pública e privada, constatamos que o monopólio do poder foi desviado para interesses e objetivos privados, a unidade que o desempenhava perdeu legitimidade, surgindo assim, a violência. Caracterizando, o que Martins aponta como um sistema político persistente: 'O Estado [é] baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. No Brasil, o atraso é um instrumento de poder' (Martins, 1994 apud Brumer; Tavares dos Santos, 2006: 58).

Os grupos dominantes no espaço rural desempenhavam uma posição de domínio, nas esferas econômica, social e política. Estes atuavam em defesa do direito da propriedade privada não dando importância para a sua dimensão social. Como bem demonstra Filho (2001: 22) a violência 'organiza as relações de poder, de território, de autodefesa, de inclusão e exclusão e institui-se como único paradigma'.

Nestas áreas de fronteiras o Estado se fazia pouco presente, tornando assim a esfera pública bastante débil e aprendida pela esfera privada. O projeto de modernização e progresso para a Amazônia ocasionou a deterioração da vida social, excluiu e marginalizou as populações tradicionais (caboclos, ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais, colonos, extrativistas de vários produtos, índios, negros de quilombos), tanto no âmbito econômico quanto no social, ou seja, a suposta modernização da Amazônia limitou benefícios, violentou e reprimiu os princípios de justiça social e direitos humanos.

Em 1971 a Agropecuária Fazendas Reunidas Nova Amazônia S/A (FRENOVA), grupo formado por seis fazendas: Piraguassu, Tapiraguaia, Sapeva, Codebra, Agrosselva e Campo Verde¹, adquiriram cerca de 400 mil hectares no povoado de Porto Alegre do Norte. Vale aqui uma breve identificação de algumas dessas fazendas, destacando o fato de que todas receberam incentivos da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para se instalarem na microrregião do Araguaia em Mato Grosso e uma delas, SAPEVA, ter participação de estrangeiros em sua composição acionária.

A Piraguassu Agropecuária S/A foi um projeto de concessão de terras aprovado pela SUDAM em: 18 de outubro de 1971, com um valor de incentivo recebido de Cr\$7.006.405,00. Essa fazenda tinha 42.673,75 ha, e sua composição acionária apresentava os seguintes nomes: Délio Rodrigues Cardial (21,46%), Geraldo Antônio de Medeiros Neto (21,44%), José Augusto Leite de Medeiros (21,16%), João Carlos de Souza Meirelles (11,13%), João Galdino da Silva Neves (11,1%), Abílio Antônio Motta Filho (8,02%), Jorge Alberto Veiga de Medeiros (2,3%), Milton Leopoldo Endres (1,52%), Renato de Souza Meirelles (1%), Yara Hungria de Souza Meirelles (0,87%).

A Tapiraguaia Agrícola e Pecuária, foi um projeto de concessão de terras aprovado pela SUDAM em 5 de julho de 1967 com incentivo no valor de NCr\$2.566.140,00. O tamanho da propriedade era 21.923 ha, e sua composição acionária tinha os nomes de José Augusto Leite (50%), José Carlos Pires Carneiro (25%) e Antônio Peres Carneiro (25%).

A Sociedade Agropecuária Vale do Araguaia S/A (SAPEVA), foi um projeto de concessão de terras aprovado pela SUDAM em 11 de julho de 1969 no valor de NCr\$6.208.686,00 em incentivos recebidos. Tinha tamanho de 72.587,92ha., e os seguintes nomes em sua composição acionária: Clóvis Galante (34,12%), José Augusto Leite Medeiros (17,29%), Antônio Carlos Peres de Oliveira (8,23%), Jean Jacques Faure (6,71%), Frederic Paul Grover (6,71%), Emile Besson (6,71%), Auguste Le Diagon (6,71%), Rodolfo Autonelli (5,38%), Herbert Gauss (3,19%), Azael Magalhães Rodrigues (2,26%), Radamés Sangiorgi (2,26%), Moacyr Carneiro (0,46%).

A Agropastoril Campo Verde Ltda., foi um projeto de concessão de terras aprovado pela SUDAM em: 12 de novembro de 1970 com NCr\$6.565.129,00 em incentivos recebidos. Essa fazenda tinha 15.000ha., e os seguintes nomes em sua composição acionária: Antônio Carlos Peres de Oliveira (58,53%), Firmino Rocha Freitas (20%), Joaquim Antônio Bittencourt Couto

¹ Agradecemos ao Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva por disponibilizar os dados em seu projeto 'Expansão da fronteira agropecuária e desenvolvimento da Amazônia brasileira 1850-2010'.

(20%), Tereza Moraes Bittencourt (1,2%), Moema Ribeiro de Lima Freitas (0,15%), José Mauro de Freitas (0,07%), Kalil Rocha Abdala (0,05%).

Estas fazendas eram de propriedade da Empresa de Tapetes ITA, representada pelos empresários José Carlos Pires Carneiro e Silvana Carraro Carneiro, assim como pelos Cartórios Medeiros, sob administração de José Augusto Leite Medeiros e Maria Lúcia Medeiros. A implantação da FRENOVA foi executada por um dos seus diretores, o engenheiro João Carlos de Souza Meirelles, vereador na cidade de São Paulo (1964-1972), e que mais tarde chegou a ser Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (1998-2002), Secretário de Turismo do Estado de São Paulo (2003-2005) e Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (2003-2006). Esse senhor é proprietário da Colonizadora Juruena Empreendimentos de Colonização, que inaugurou um projeto de mesmo nome no noroeste de Mato Grosso em 24 de setembro de 1978 com tamanho inicial de 200.000 ha.

Para que possamos compreender melhor os conflitos que serão tratados nesse artigo, far-se-á necessário dar algumas poucas informações que permitirão visualizar melhor o quadro de análise. Em 1967 a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA), adquiriu terras próximas ao povoado de Santa Terezinha com área de 196.497,19 ha. A empresa tinha ciência da existência de pequenos produtores na área com direito às suas posses. Apesar disso, não permitiu que estes trabalhadores rurais permanecessem naquelas terras praticando a agricultura de subsistência. Assim, iniciou-se um grave conflito entre posseiros e a empresa que durou até o ano de 1972, quando o INCRA demarcou as propriedades dos trabalhadores rurais com área muito menor do que a originalmente ocupada.

Nesse mesmo ano de 1972, o governo federal por meio de suas agências de segurança nacional, tomou conhecimento da presença de um grupo de guerrilheiros ligados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) cerca de 700 km ao Norte da microrregião Norte do Araguaia mato-grossense, em um local chamado Bico do Papagaio entre o Sul do Pará e o Norte de Goiás (atual Tocantins), o que deu origem a um conflito armado, conhecido como Guerrilha do Araguaia, que culminou com a morte dos guerrilheiros e muita repressão contra a população local.

Dito isso, é possível agora compreender porque o ano de 1972 originou um período difícil para a população de Porto Alegre do Norte. Toda a área compreendida pelo município de Barra do Garças em Mato Grosso até a divisa com o estado do Pará, dentro da qual está a Prelazia de São Félix do Araguaia, se tornou uma zona de segurança nacional e toda equipe pastoral, inclusive o bispo, foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e acusados de subversão. As denúncias feitas por Dom Pedro Casaldáliga contra as arbitrariedades cometidas por agentes públicos e empresários contra a população local e a visibilidade que os seus escritos ganharam dentro do Brasil e no exterior fizeram com que entre os meses de setembro a outubro de 1972, o Exército realizasse em São Félix do Araguaia uma Ação Cívico-Social, uma espécie de treinamento antiguerrilha com assistência social para a população daquele espaço. Os militares associaram a resistência armada dos posseiros de Santa Terezinha e os conflitos envolvendo os posseiros de Porto Alegre do Norte contra a FRENOVA às ações organizadas pelo PC do B no Bico do Papagaio.

As Ações Cívico-Sociais foram empreendidas durante a fase mais violenta da ditadura brasileira, no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Dentre essas ações podemos citar o Movimento Brasileiro de Alfabetização, MOBRAL, criado em 1971 e extinto em 1985, cujo objetivo era a erradicação do analfabetismo no Brasil. O Projeto Rondon, criado em 1967 tinha como propósito levar estudantes universitários, especialmente da área da saúde para

prestar assistência à população de áreas carentes do interior do Brasil. Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, GETAT, criado em 1980, tinha como finalidade coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão para consumir o quadro imposto ao final da Guerrilha do Araguaia. Martins (1990: 91) aponta que o GETAT não foi instituído no Norte de Mato Grosso, pois os empresários viam a situação da região estável, sendo esta considerada pós-pioneira, mas não para os trabalhadores rurais pobres cercados pelos latifundiários. Essas Ações Cívico-Sociais também podiam assumir um caráter mais pontual, para resolver problemas locais, como as verificadas na área da Prelazia de São Félix do Araguaia no Mato Grosso (Mapa 1 – Área da Prelazia de São Félix do Araguaia no MT):



Fonte: Miranda, Leodete. Mapa do Estado de Mato Grosso – Área em Estudo

Diante deste contexto, no dia 28 de outubro de 1972, apareceu em São Félix do Araguaia um homem de 30 anos de idade, suposto professor assistente da Universidade Federal do Paraná. Este senhor, com nome de Ailson Loper, trouxe uma carta de apresentação do padre claretiano Vicente Fernandez, da cidade de Curitiba. Logo começou a se relacionar com a sociedade de São Félix (comerciantes, fazendeiros e políticos locais). Participou de uma reunião na casa do Dr. Jamil Thomé com a presença de Carlos Alves Seixas, proprietário, diretor técnico da CODEARA e presidente da Associação dos Empresários da Amazônia – AEA, o José Bens, militar aposentado por corrupção e empreiteiro geral da FRENOVA, e Antônio que havia chegado há poucos dias a São Félix. Nesta reunião os presentes fizeram questão de informar a Loper que sabiam que ele era da Polícia Federal e ofereceram serviços, pessoal e conduções das respectivas fazendas. O Antônio, por sua vez, se declarou como agente do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Mato Grosso.

Ailson Loper conviveu cerca de 20 dias com a equipe da Prelazia, mas se relacionava com pessoas contrárias às ações da Igreja Católica local, ou seja, com comerciantes, fazendeiros e políticos locais. No dia 13 de novembro foi realizada uma reunião na biblioteca da Prelazia de São Félix do Araguaia, na qual estiveram presentes Dom Pedro Casaldáliga, padre Francisco Jentel, padre Pedro Mary Sola e os professores da equipe da Prelazia, pois receberam a notícia de que Ailson Loper havia estado em Porto Alegre do Norte e empreendido ações violentas. Nesta reunião, Loper foi pressionado a revelar a sua verdadeira identidade. O mesmo informou que era o Capitão do Exército Ailson Munhoz da Rocha Loper. Informou que as autoridades do Exército e o Governo Federal estavam convictos de que a casa pastoral de São Félix era um foco de subversão de guerrilha (Brasil, 2014: 125).

Diante o clima de terror instalado na Prelazia, o militar disse aos religiosos que eles seriam responsáveis por criar tal situação. Negou energicamente que existisse tortura no Brasil e que houvesse inocentes nas cadeias do país. A presença do Capitão Ailson Loper na área da Prelazia possibilitou a intensificação de ações violentas por parte da FRENOVA contra os trabalhadores rurais de Porto Alegre do Norte visando expulsá-los de suas terras. O padre Eugênio Consoli, os posseiros João de Souza Lima, José de Souza Costa e Alexandre Quirino de Souza foram levados e detidos na sede da FRENOVA e ali submetidos a interrogatórios, humilhações e vexames durante mais de duas horas, sob a vigilância armada do empreiteiro José Bens e dos seus capangas Raimundo Motorista, Cícero Custeleta, Jurandi e Farmacêutico. Os religiosos da Prelazia foram impedidos de deixar São Félix enquanto o Capitão Loper ainda estivesse presente no povoado. O padre Francisco Jentel foi proibido de celebrar missas e Dom Pedro Casaldáliga foi impedido de relatar na missa os incidentes recentes. Os pilotos dos táxis aéreos foram proibidos de transportarem as pessoas ligadas à Prelazia, enquanto o Capitão Loper estivesse em São Félix. O padre Jentel foi ameaçado caso pretendesse sair e, juntamente com Dom Pedro Casaldáliga, foi submetido a um interrogatório (Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A17. 2.24, 1972: 1-3).

Essa ação deixou claro que o governo militar era conivente com tais medidas que visavam excluir aquilo que era considerado um entrave social para o desenvolvimento da região. A presença dos posseiros, dos povos indígenas, de pequenos povoados e vilarejos foi considerada sério obstáculo à implantação das empresas agropecuárias a partir de 1970, e mesmo que a legislação em vigor garantisse a esses grupos o direito de permanecerem em suas terras (alguns posseiros haviam chegado no local em meados da década de 1940), o fato de não possuírem documentos legais, serviu de pretexto para que as empresas alegassem sua

propriedade e exigissem que a população local se retirasse. O Estado se fez presente para aquela população através da força repressiva que culminou em torturas e humilhações, inclusive de pessoas ligadas à Prelazia de São Félix do Araguaia.

Após a retirada do Exército de Porto Alegre do Norte, a população ainda estava atemorizada e esperava a qualquer momento pela volta dos militares, tanto que quando pousava um avião na sede da FRENOVA, os trabalhadores e os agentes de pastoral enviavam cartas à Dom Pedro Casaldáliga para colocá-lo a par da situação, conforme o relato a seguir:

Chegamos 8 horas. Avião conduzindo dois policiais chegou antes de nós, porém parou na Frenova. Supõe-se que logo estará aqui. O povo de Porto Alegre está disposto a enfrentar a situação e ir até as últimas consequências. Se preciso for irão para a mata por quanto tempo for necessário. Eles mantêm posição firme e cortarão arame quantas vezes for necessário. [...] No entanto nossa posição é de expectativa. São imprevisíveis as atitudes da polícia e da fazenda. Fique tranquilo Pedro, povo sabe o que quer. Vale a pena lutar. (Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A17. 2.60, 1972: 1)

A intervenção do exército em Porto Alegre do Norte fortaleceu ainda mais as ações violentas da FRENOVA contra os posseiros. A inoperância do Estado brasileiro na resolução dos conflitos por terra na Amazônia advém de uma política pautada no estabelecimento de empreendimentos rurais de capital nacional e internacional, em contraposição às antigas formas de manejo da terra praticadas por agricultores pobres através da agricultura de subsistência. O capitão Ailson Loper disse à população local que a sua atuação não tinha relação com os conflitos de terras e que este trabalho competia ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA. Sua missão era acabar com os focos de guerrilha e subversão no Araguaia. Porém, este discurso entra em contradição, quando o mesmo sequestrou os posseiros João de Souza Lima, José de Souza Costa e Alexandre Quirino de Souza e o padre Eugênio Consoli para serem interrogados e humilhados na sede da FRENOVA. Em contrapartida, a agropecuária tomou para si o uso da violência com apoio de uma parcela da polícia militar para garantir a sua supremacia sobre as terras dos posseiros, controlando sistematicamente a contestação da legitimidade dos direitos dos trabalhadores rurais na luta pela terra.

Os agricultores empreenderam a luta pela terra em razão da necessidade de tê-la como meio de produção. Ao resistirem as desapropriações e expulsões buscavam o reconhecimento dos seus direitos e amparo social que o Estado devia lhes garantir. Entretanto, o governo militar tentou de todos os modos abafar esses conflitos a partir da desmobilização de grupos sociais, como a Prelazia de São Félix do Araguaia, impondo a estes uma série de perseguições e torturas, bem como a sua desmoralização (acusavam os padres e agentes de pastoral de práticas subversivas, de serem comunistas, inimigos da pátria) e o enquadramento destes na Lei de Segurança Nacional.

A estratégia dos militares se pautava em desviar um problema de cunho político e social para um foco simplesmente econômico, o qual seria resolvido a partir das desapropriações das terras quando estas fossem de interesse de ambas as partes, ou melhor, no momento em que não lesasse os interesses dos latifundiários. Conforme Martins (1985), a intervenção do exército nos conflitos por terras na Amazônia configura-se como a militarização da questão agrária, pois algumas ações militares foram estrategicamente criadas para conter a resistência dos trabalhadores rurais na luta pela terra. Assim, a intervenção do Estado sobre as vidas das populações em conflitos na Amazônia se deu por meio de mecanismos da inserção de ações

como a Ação Cívico-Social ocorrida em São Félix do Araguaia no ano de 1972, com o intuito de estabelecer uma relação entre o exército e a população local como uma forma de controlar os conflitos sociais provenientes da política econômica e agrária que incentivou a entrada dos investimentos dos empresários do Centro-Sul do país e do exterior nas agropecuárias instaladas na Amazônia Legal.

Para conquistar a confiança dos habitantes de Porto Alegre do Norte, o capitão Ailson Loper reuniu-se com estes no intuito de acalmá-los quanto a sua presença e avisá-los que o INCRA iria regularizar a demarcação de terras na região. Assim, em uma carta direcionada a Dom Pedro Casaldáliga pelo padre Eugênio Consoli, temos a descrição da reunião do militar junto aos posseiros:

Caríssimo Pedro,

'Ele está no meio de nós'

Domingo, dia 12-11-72, estive aqui o capitão Ailson. Conversou uns cinco minutos comigo e quis falar ao povo. A reunião foi feita na escola. Ele se apresentou como seu amigo e todos nós, dizendo até que estava hospedado na casa dos padres em S. Félix. Pedro, o assunto da reunião foi, entre outros, que o INCRA viria aqui. Que tudo seria resolvido. Disse que o povo não precisava de temê-lo, assim como ele também não temia o povo, pois a força de que dispunha, poderia ocupar Porto Alegre em dois minutos. Dizia ao povo que podia falar. (Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A17. 2.59, 1972: 1)

A relação imposta pelo capitão Ailson junto à população de Porto Alegre do Norte assinala que este não deveria ser temido, pois seria um 'aliado' para a resolução dos conflitos de terras. Sua ação assemelhava-se ao perfil da polícia inglesa criada no século XVIII, a qual em linhas gerais, de acordo com Tavares dos Santos (1997: 160), demonstrava que o seu poder dependeria da aprovação do público e desta forma ganharia a sua colaboração voluntária, e não necessitaria da utilização da coerção física. Entretanto, caso não houvesse a sua aceitação naquele local, seu aparato repressivo seria o suficiente para repreender qualquer movimento contestatório à sua presença.

Desse modo, num primeiro momento, o capitão Ailson tentou conquistar a confiança dos trabalhadores rurais informando-os que ele era amigo de Dom Pedro Casaldáliga, se apresentando como uma pessoa confiável e que não precisava ser temida, porém se houvesse revoltas contra ele, estas seriam sanadas com o uso da força. Conforme Tavares dos Santos (1997: 164), o ato de violência vem sempre anunciado ou justificado, como podemos verificar no discurso relatado no documento acima. A ameaça de repressão contra os lavradores está posta em termos claros e por meio de justificativas racionais. O fato do Capitão falar em nome do Estado e de seu projeto de estabelecer um modelo de desenvolvimento econômico que priorizava a grande propriedade, tornava os posseiros e povos indígenas, alvos das ameaças, por serem vistos como incapazes de promover esse projeto. Por isso a violência atingiu em maior grau alguns grupos sociais, acarretando numa série de exclusões e arbítrios, aplicados majoritariamente sobre os mais pobres.

Os projetos agropecuários instituíram uma grande transformação no espaço rural brasileiro, os quais destruíram antigas relações e práticas sociais do cultivo da terra pelos trabalhadores rurais, excluindo esses agentes da cena política e retardando a proposta de reforma agrária, estabilizando, assim, a estrutura fundiária dominante do país até os dias atuais.

De acordo com Sorj (1986: 109), os investimentos em grandes projetos agropecuários não asseguravam altas taxas de lucros, mas as aquisições de terras na Amazônia contribuíram para a supervalorização destas, tendo em vista que estas áreas, até então, tinham baixo valor mercantil sendo valorizadas com os programas do governo federal para a Amazônia, a concessão de créditos subsidiados e incentivos fiscais. Portanto, a compra de terras por empresas do Centro-Sul que não atuavam em atividades rurais, como a FRENOVA, possibilitou a apropriação de grandes lucros diferentemente da lógica tradicional de ocupação da terra, a qual para os trabalhadores rurais tinha como finalidade a subsistência familiar, e, para os empreendedores era caracterizada como um negócio de alta rentabilidade.

Desse modo, a política de modernização do campo se converteu em uma prática de estímulo à concentração de terras, ao passo que os incentivos fiscais conferidos pelo governo colaboraram para a valorização das propriedades, não significando que houve necessariamente uma significativa modernização da agricultura. O que ocorreu de fato, foi a concentração de terras para fins especulativos.

Os recursos da SUDAM foram destinados à expansão de atividades para exportação como a mineração e a pecuária. O setor da agropecuária obteve grande investimento do governo, pois em 1974 criou-se o Programa Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), com o objetivo de desenvolver as atividades de pecuária, principalmente, no Norte de Mato Grosso, Norte de Goiás e Sul do Pará, em áreas de cerrado, cerradão e mata fina, possibilitando aumentar o rebanho da Amazônia para 5.000.000 de cabeças até o final da década de 1970. De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, o programa levou em consideração dois pontos estratégicos, 'sua adequada localização no espaço amazônico e a crescente tecnificação do setor' (*O Estado de S. Paulo*, de 26 de janeiro de 1974, apud Ianni, 1979: 225). Dessa forma, tornou-se interessante para os bancos, empresas automobilísticas, mineradoras, empresas de construção civil e transportadoras do Centro-Sul investirem na criação de gado na Amazônia, utilizando financiamentos e subsídios do Governo Federal. No Centro-Oeste entre os anos de 1970 a 1980 houve um crescimento das áreas dos estabelecimentos agropecuários de 44,9%, com o aumento de 16.008.922 cabeças na pecuária bovina para corte (Teixeira; Hespanhol, 2006: 58).

A SUDAM, criada em 1966, passou a dar apoio econômico e incentivos fiscais para as grandes empresas que tinham o interesse de ampliar os seus negócios no espaço rural. Esta política fez com que o governo facilitasse o acesso aos recursos públicos pelos empresários que quisessem se dedicar à atividade agropecuária na Amazônia e concomitantemente, o Estado aumentou seu poder repressivo no campo no intuito de garantir a implantação dos empreendimentos econômicos criados com seu apoio.

A rentabilidade econômica oferecida pelo governo ditatorial para as empresas que desejassem investir em atividades na Amazônia mudou a lógica de aquisição de terras naquele espaço. Antes, esperava-se que os posseiros fizessem a ocupação da terra e a desbravassem, logo após vinham as grandes empresas que compravam uma parte da área de terra, frequentemente se apropriando de outros à sua volta. No entanto, com o advento das políticas públicas em benefício do capitalismo no campo, os empresários passaram a expulsar simultaneamente os índios e posseiros das terras, como fez a FRENOVA com os Tapirapé e os trabalhadores rurais de Porto Alegre do Norte.

Esses fatos demonstram que na Amazônia o poder público se tornou uma simples extensão do poder privado. Para aferir isso, basta que levemos em consideração que uma ação de despejo que em tese deveria estar sob a responsabilidade de um oficial de justiça, muitas vezes era efetuada por jagunços das empresas. De acordo com Martins (1985: 59), as políticas

de ocupação do governo ditatorial fizeram aflorar na Amazônia três tipos de violências distintas: inicialmente, a violência física do policial e do jagunço contra o posseiro e o peão, para o estabelecimento da estrutura privada em detrimento da ordem pública; segundo, a violência da justiça, desacreditada pela execução de sentenças de despejos por jagunços, uma política pautada na expropriação territorial em benefício dos interesses da empresa privada em prejuízo dos direitos dos índios e posseiros; por último, a violência direta realizada pelo Poder Executivo, através da ação militar e policial nos problemas fundiários. Sobre os tipos de violência na Amazônia, os relatos de Dom Pedro Casaldáliga são elucidativos:

Chegaram um general, o CORONEL RAMALHO – a quem Deus perdoe! -, quatro caminhões do Exército e dois jipes. Soldados, armas, munições. Vêm procurar terroristas, vêm fazer ‘pesquisas’?! O coronel interpelou a vários de nossa casa em termos grosseiros, idiotas. A mim, por exemplo: ‘Se ouvi falar em Rio de Janeiro’, ‘se estou assustado’, ‘se gosto do exército’... [...] Eles fazem força para dizer e mostrar que estão aqui para ajudar, para fazer umas leves pesquisas. Sabemos que na realidade estão buscando fantasmas: terroristas, guerrilheiros, subversivos. E que toda área está sendo ‘enquadrada’ no férreo esquema da ‘Segurança Nacional’. [...] O exército, como supúnhamos, veio efetivamente em exercício antiguerrilha. E o capitão João Evangelista, cínico e vendido, aproveitou a situação para novamente fazer intrigas contra mim, no que se refere ao conflito posseiros-fundiários. (Casaldáliga, 1978: 67-8)

Os advogados da Prelazia de São Félix do Araguaia que recorriam à justiça para a aplicação do Decreto 70.430 de 1972, bem como afim do reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais pelo Estatuto da Terra, eram taxados de comunistas e subversivos pelo Conselho de Segurança Nacional. Isto acontecia, como podemos observar, mesmo com o respaldo de leis que em tese deveriam conter as tensões sociais no campo. Conforme o documento acima, verificamos que a luta pela terra em Porto Alegre do Norte se dava na esfera privada tendo como auxiliar o poder do Estado com a atuação da polícia local em prol dos interesses da FRENVA. Este fato é caracterizado por Martins como a ‘militarização da questão agrária’, ou seja, esta é entendida como uma atitude de violência, em que ‘a interferência direta do Poder Executivo, através da ação militar e policial, na questão fundiária, mediante o alijamento da justiça no processo decisório, o alijamento das entidades de representação de classe dos interessados, como o sindicato e o partido político’ (1985: 59). Desse modo, o ato de se privilegiar os interesses de uma empresa privada em detrimento dos direitos de posseiros denota uma política de expropriação territorial estruturada no princípio de dominação que entrelaça o público e o privado, desconsiderando a legislação existente e utilizando da violência para instituir o poder.

Tavares dos Santos nos mostra que ‘a luta pela terra, a violência política e costumeira dos proprietários fundiários e a seletividade do Estado nos conflitos agrários, indicam a continuidade do processo de dilaceramento da cidadania no campo’ (Tavares dos Santos, 2000: 01). Desse modo, temos atrelado aos conflitos no campo uma condição social de limitada cidadania e a imperante violência como prática social corriqueira, a qual segundo o mesmo autor ‘atinge mais a algumas classes sociais do que outras, algumas raças mais do que outras, e as mulheres e os homossexuais mais do que os homens’ (Tavares dos Santos, 2000: 2). A violência no campo não se restringe apenas em expulsar os posseiros das suas terras, mas principalmente em reprimir os movimentos sociais e as manifestações políticas dos

trabalhadores rurais, por esse motivo assassinam os homens e mulheres em idade de trabalhar para dificultar o trabalho familiar (Almeida, 1993).

De acordo com Tavares dos Santos (1999: 20), os processos de exclusão social e econômica, introduzem o uso da violência como preceito social exclusivo de diversos grupos da sociedade, presentes em várias dimensões da violência social e política. As diversas formas de violência utilizadas configuram-se como um processo de dilaceramento da cidadania, e conforme o mesmo autor, a prática da violência em áreas de fronteira, geralmente orientada por mandantes e executada individualmente ou por milícias privadas é caracterizada como violência política, a qual em muitos casos consiste no extermínio físico dos opositores nos conflitos agrários, assim como na perspectiva ostensiva dos assassinatos, sem a penalização dos mandantes e executores (Tavares dos Santos, 1993: 136). Nesta perspectiva, o documento abaixo é elucidativo:

Eu, abaixo assinado, BENEVENUTO GONÇALVES NETO, declaro para os devidos fins que no dia 12 (doze) de novembro do corrente ano, fui violentamente agredido no Patrimônio de Porto Alegre, Estado do Mato Grosso, por um senhor que se apresentou perante o povo desse lugar como sendo CAPITÃO AILSON, DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Na reunião que fez com o povo disse: 'Não adoto a Polícia do Estado de Mato Grosso, eu sou da Polícia Federal e tenho 3 estrelas'. Afirmou que era da Polícia Federal e armado com uma arma que pertence ao senhor José Bens, empreiteiro geral da Fazenda FRENOVA, - por várias vezes ameaçou-me, dizendo que dispararia em caso de eu reagir. Disse ao piloto que o transportou: 'Vigie estes dois homens e se eles correrem, você atire', entregando em seguida um revólver calibre 38 nas mãos do Moacir Ferreira (Piloto). Junto comigo levou preso um outro peão que trabalha comigo na FRENOVA. O nome desse peão é Dorileo, tem por apelido Caboré. Nós dois fomos muito humilhados e ameaçados. Atesto que lá na Sede da FRENOVA, este 'Capitão Ailson' disparou um tiro sob a rede onde dormia o referido peão, obrigando-o a caminhar de um lado para o outro até de madrugada. Aterrorizou com sua violência até uma senhora grávida. (Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A17. 2.07, 1972: 1)

Na medida em que os investimentos econômicos no campo deviam ser assegurados é que a violência contra as famílias de agricultores se tornou legítima para que estas não colocassem em risco os empreendimentos agropecuários, o que nos mostra que mesmo nessas áreas de fronteira, há uma aliança entre elites econômicas e das elites políticas. O Estado que deveria garantir a segurança dos cidadãos, aparece em Porto Alegre do Norte através do excesso de poder que decide sobre o direito à vida daquelas pessoas. A violência empregada de forma racionalizada e burocratizada pelo governo militar se impõe por meio da coerção social para o controle dos lavradores, cerceando os seus direitos e contribuindo, assim, para a manutenção das estruturas produtivas em detrimento da economia de subsistência dos lavradores.

A constituição de milícias privadas, juntamente com o poder legal se tornou uma prática comum na Amazônia. É importante considerar que o capitão Ailson delegou a um civil (Moacir Ferreira, piloto da FRENOVA), o poder de atentar contra a vida dos trabalhadores apreendidos na agropecuária, denotando assim, o uso da violência ilegítima para justificar a preservação dos projetos econômicos no espaço rural. Este fato entra em contradição com a constatação de Tavares dos Santos (1997: 158), de que 'a polícia tem sua positividade ao favorecer tanto o vigor do Estado, quanto a vida dos cidadãos'.

Em Porto Alegre do Norte, o Estado não se preocupava em preservar as mínimas condições de vida da população, que era considerada como um empecilho para o desenvolvimento do capitalismo no campo. O descaso e omissão do Estado se manifestava na falta de assistência social básica como a coleta de lixo, saneamento básico, hospitais e escolas, poucos, insuficientes ou inexistentes. O pouco que havia tinha sido criado e administrado pela Prelazia de São Félix do Araguaia. Os meios de transportes eram precários e as vias mais usadas para chegar à região era através do rio Araguaia ou aéreo. O Estado se fazia pouco presente e naquele momento a Igreja foi a instituição que passou a orientar a vida daquela população através da criação de escolas, postos médicos, Igrejas, espaços de lazer e educação com a construção do Ginásio Estadual do Araguaia.

A Igreja da Prelazia de S.F. do Araguaia, adotou quatro linhas de atuação: saúde, educação, justiça, e fé, por meio das quais se instituíram os primeiros fundamentos dessa noção de política comunitária, tendo em vista que no Araguaia este trabalho teve que partir do zero pela ausência de uma comunidade organizada. 'Era preciso estimular a participação e a organização do povo, que era nula. Então resolvemos buscar um modelo pastoral que atuasse de maneira completa, e não apenas com o trabalho de evangelização' (Casaldáliga apud Vargas, 2003).

A violência no Araguaia é aqui caracterizada como um dispositivo de poder para garantir o exercício da dominação. Porém, esta deveria ser usada em última instância para obter os fins esperados, ou seja, a força só poderia ser empregada para a manutenção da segurança do cidadão e para a vigência do Estado. Entretanto, os posseiros eram vistos como executores de uma agricultura atrasada e irracional, bem como tachados de invasores, desordeiros, aproveitadores, entre outros termos. Ao afirmar que eles haviam invadido terras privadas, criava-se a justificativa para toda a forma de violência utilizada contra os mesmos. Eles foram responsabilizados por ocuparem alegadas propriedades privadas e, conseqüentemente, justificando a violência contra os mesmos, e até os assassinatos.

Para demonstrar que a área da Prelazia de São Félix do Araguaia estava tomada por guerrilheiros, e que a mesma deveria estar sob constante segurança com a finalidade de garantir o seu desenvolvimento econômico, o capitão Ailson Loper em meio a uma reunião com os posseiros de Porto Alegre do Norte apontou três possíveis suspeitos e partiu para a captura dos mesmos alegando que um deles era guerrilheiro, o qual tinha assassinado um colega tenente. O militar chamou o padre Eugênio para ir em busca dos acusados, mas o religioso se recusou e logo após voltou dizendo não os ter alcançado. Armado no meio da rua, ele disse ao povo que entregasse as armas imediatamente. Durante esta encenação, 'o povo ficou indecentemente coagido, sentia-se oprimido de repente sem saber porque, pois, nem entendem de guerrilha e guerrilheiros. As armas foram chegando. O capitão disse que as levaria para a sede da Frenova e depois devolveria' (Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A17. 2.28, 1972: 1). O palco estava montado e os três supostos guerrilheiros foram capturados e levados para o avião da agropecuária, sendo vigiados sob ameaça de um revólver pelo piloto Moacir com a autorização do capitão Ailson Loper de atirar caso estes reagissem. Entretanto, os três suspeitos eram empregados da FRENOVA, demonstrando que toda essa representação foi elaborada pelo militar juntamente com os empregados da agropecuária para tentar convencer os trabalhadores rurais sobre a presença de ameaça subversiva na região, bem como legitimar o uso excessivo da violência naquele espaço.

O religioso Eugênio Consoli, juntamente com os posseiros João da Ponte, acusado de ter ajudado a cortar a cerca da FRENOVA no povoado de Porto Alegre do Norte, juntamente com outros dois vizinhos, Zequinha e Alexandre, foram levados para a sede da agropecuária, onde

passaram a ser interrogados em um quarto fechado, pois eram considerados suspeitos de subversão. Eles foram questionados sobre quem instigava o povo a se revoltar, e sobre uma possível participação do padre Consoli nesses atos. Este último já havia se pronunciado sobre essa acusação, afirmando que ninguém persuadia a população local a se rebelar, esta apenas queria se libertar da opressão da FRENova. O posseiro João da Ponte foi humilhado ao máximo para confessar em que lugar estava a trincheira e os insufladores dos lavradores, caso não revelasse o padre Eugênio seria levado preso. O capitão Loper convidou o posseiro para um duelo oferecendo-lhe um revólver calibre 38 carregado o qual foi negado. O militar jogou a arma no chão e pediu que o empreiteiro José Bens a quebrasse junto com as armas apreendidas dos posseiros. Ainda sobre este episódio, Consoli descreve que 'O capitão, a cada momento, me olhava e dizia: Eugênio, você está vendo, não está tendo coação moral com vocês e vocês desde que chegaram aqui estão sendo tratados muito bem' (Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A17. 2.28, 1972: 2).

De acordo com Yves Michaud (1989: 57), a prática da tortura não se destina apenas a colher informações, ela também deve humilhar, fazer mal e quebrar as vítimas. A violência empregada contra o padre Eugênio decorre da administração do terror pautada não apenas em uma carnificina, pois o capitão Loper o induz a uma chantagem psicológica afirmando que o mesmo foi muito bem tratado e não sofreu nenhum tipo de coação moral. Como Eugênio Consoli poderia contrariar tal fala? Após presenciar toda a farsa acerca da existência de guerrilheiros em Porto Alegre do Norte, assim como testemunhar a tortura e as humilhações pelas quais passou o posseiro João da Ponte. Contradizer as afirmações do militar seria provavelmente assinar a sua sentença de morte, pois ainda, conforme Michaud (1989: 58), o terrorismo de Estado pratica em escala mundial a despolitização da vida.

A narrativa acima, nos faz perceber que ocorre uma desordenada monopolização da violência para se obter a submissão e aceitação da desapropriação ou invasão das terras dos posseiros, ou seja, os espaços não pacificados, conforme César Barreira (2000) dão lugar às práticas radicais de resolução dos conflitos. Assim os problemas agrários são solucionados por meio da agressão física não mediadas pelo poder judicial ou negociadas. Na fronteira amazônica inexistente uma dimensão entre o espaço público e o privado, pois é comum entre aquelas instâncias a prática da violência para resolver questões interpessoais ou com a finalidade de preservar o poder.

No contexto da luta pela terra a violência surge como contraposição de negociações e acordos, demonstrando que as antigas práticas da manutenção da propriedade pelo mando e dominação, como dos coronéis da República Velha, floresceu em novas circunstâncias sociopolíticas durante a ditadura militar, as quais ainda estão presentes na realidade do campo brasileiro. O uso de milícias privadas e pistoleiros foi naturalizado no espaço rural como meios legais para se manter as terras limpas de invasores. Quando as empresas falavam em limpeza da área dos posseiros, os caracterizava como invasores que deveriam ser despejados daquelas terras. Estas ações se tornaram um símbolo da violência no campo como elemento imprescindível na instauração de um novo modelo econômico na Amazônia e aos poucos, da tomada do poder político local, estadual e mesmo do estabelecimento de redes de influências junto às esferas de poder nacional. A repressão em Porto Alegre do Norte se deu à revelia do Estado de Direito, ou na ilegalidade.

A Prelazia de São Félix do Araguaia foi uma instituição legitimadora das resistências dos trabalhadores rurais de Porto Alegre do Norte como providos de direitos sobre as suas posses. Entretanto, esta Igreja juntamente com Dom Pedro Casaldáliga passou a ser vista pelo Estado não como mediadora na luta por terra e sim como um problema de segurança nacional, tendo

em vista que o governo ditatorial os considerava subversivos e incitadores dos conflitos no campo. Os conflitos não se deram apenas entre os posseiros e as agropecuárias, mas também entre as instituições de mediação e os órgãos do Estado no Araguaia. A Igreja tinha dois objetivos: a) manter o trabalhador rural na terra, legitimando o seu acesso à mesma por meio da agricultura familiar de subsistência; b) uma comunidade cristã em que os problemas sociais, políticos e econômicos estavam ligados à atuação das suas pastorais. As denúncias realizadas por Dom Pedro Casaldáliga deram amplitude e divulgação extra local aos conflitos por terra no Araguaia. Assim os trabalhadores rurais emergiram na cena política como agentes reivindicantes por acesso à terra.

Referências

- Barrozo, J. C. (2009) 'Os assentados e os assentamentos rurais do Araguaia', in M. M. Harres & V. Joaroni Neto (orgs.) *História, terra e trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisas*. São Leopoldo: Oikos.
- Barrozo, J. C. (2008) 'Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste', in J. C. Barrozo (org.) *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EDUFMT/Carlini&Caniato, 15-26.
- Brumer, A. & Tavares, J. V. S. (2006) 'Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX)'. *Revista Nera* 9(9): 49-72.
- Brasil (2014) *Comissão da Verdade. Relatórios textos temáticos/Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV.
- Casaldáliga, P. (1971) *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Carta Pastoral. São Félix do Araguaia [documento WWW]. URL <http://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf> [acesso em 23 nov. 2017].
- Esterci, N. (2008) *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Filho, C. M. (2001) 'Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira'. *São Paulo em Perspectiva* 15(12): 20-27.
- Gorender, J. (1987) *Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática.
- Hespanhol, A. N. & Teixeira, J. C. (2006) 'A Região Centro-Oeste no contexto das mudanças agrícolas ocorridas no período pós-1960'. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos* 3(3): 52-65.
- Ianni, O. (1979) *A luta pela terra: história social pela terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes.
- Martins, J. S. (1985) *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Martins, J. S. (1980) *Expropriação e violência*. São Paulo: HUCITEC.
- Martins, J. S. (2009) *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto.
- Martins, J. S. (1996) 'O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira'. *Tempo Social* 8(1): 25-70.
- Martins, J. S. (1990) *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes.

- Michaud, Y. (1989) *A violência*. São Paulo: Ática.
- Sorj, B. (1986) *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Tavares, J. V. S. (1997) 'A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência'. *Tempo Social* 9(1): 155-167.
- Tavares, J. V. S. (1993) 'A cidadania dilacerada'. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 37: 131-148.
- Tavares, J. V. S. (2000) *Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária*. Pontificia Universidad Javeriana. Seminario Internacional, Bogotá [documento WWW]. URL http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Violencia_Campo_Conflitos_Agrarios.pdf [acesso em 23 nov. 2017].
- Tavares, J. V. S. (1999) 'Novos processos sociais globais e violência'. *São Paulo em Perspectiva* 13(3): 18-23.
- Vargas, R. (2003) 'Atuação social ganhou simpatia dos fracos e a ira de poderosos'. *Diario de Cuiaba*, 23 fev. 2003 [documento WWW]. URL <http://diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=131553> [acesso em 05 dez. 2017].